



Linha de crédito do Governo para o comércio foi reduzida para metade

● O Governo anunciou ontem que o comércio vai ter acesso a uma linha de crédito no valor de 100 milhões de euros para apoiar a modernização de pequenas e médias empresas (PME). Porém, quando o protocolo foi estabelecido, em Outubro, o executivo previa disponibilizar o dobro.

De acordo com o documento, a linha Comércio Investe, inserida na iniciativa Mecra, deveria consistir num apoio de 200 milhões de euros. Além disso, em vez de arrancar em 2009, como anunciado ontem pelo secretário de Estado do Comércio, Fernando Serrasqueiro, o programa deveria ser lançado ainda no quarto trimestre deste ano.

A Mecra tem como objectivo “favorecer a modernização e qualificação de PME dos sectores de comércio e serviços.” Junta-se, assim, a um programa que já de corre desde 2006. o MODCOM. Só este fundo já conseguiu reunir uma verba de 64 milhões de euros, através de uma taxa cobrada à grande distribuição.

A linha de crédito, que passou a abranger apenas 100 milhões de euros, vai destinar-se ao “financiamento de investimentos na criação, renovação e modernização de empresas”. O Estado propõe-se a emprestar 50 por cento dos custos dos projectos, num montante máximo de 300 mil euros e a uma taxa de juro de 0,5 por cento, indexada à Euribor a três meses. Contempla apenas PME localizadas em zonas de reabilitação urbana.

De acordo com o protocolo de Outubro, assinado também pela Confederação de Comércio e Serviços de Portugal (CCP), a Mecra prevê ainda a atribuição de 20 milhões de euros a fundo perdido a empresas que se situem nessas zonas, em função do

cumprimento de “factores dinâmicos de competitividade”, como a logística, o marketing e o comércio electrónico, por exemplo. As candidaturas deverão arrancar nos primeiros três meses do próximo ano.

Deverá ainda ceder 50 milhões de euros, a partir do segundo trimestre de 2009, a PME que concorram, isoladamente ou em conjunto, à requalificação da sua actividade em “áreas urbanas alvo de acções de regeneração e desenvolvimento”, abrangidas por dois programas: Parcerias para a Regeneração Urbana e Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação.

E, por fim, deverá haver uma dotação de 30 milhões de euros para projectos de “animação e dinamização económica” inscritos por associações comerciais, desde que estejam alinhados com a “lógica global definida no programa estratégico da área de intervenção em causa”, lê-se no protocolo. Também este fundo deveria arrancar ainda no quarto trimestre de 2008.

Raquel Almeida Correia



O secretário de Estado Fernando Serrasqueiro anunciou que o programa arranca em 2009 e não já este ano, como previsto